TESOURONACIONAL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

Novembro de 2019

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA
Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Mansueto Facundo de Almeida Júnior

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO
Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE
Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA
José Aírton Lacerda de Jesus
Rubem Mateus de Arruda Ziegler
Sandro Alex Bezerra Vieira

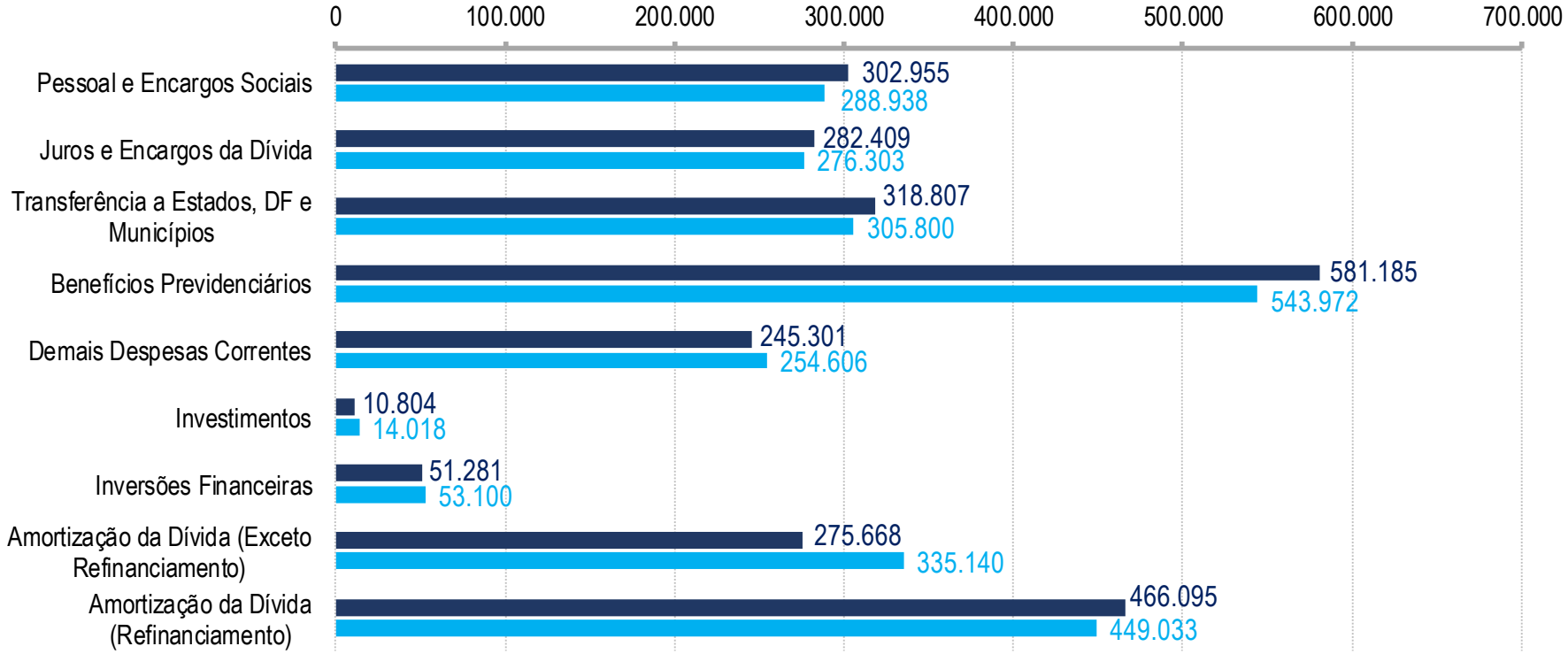
Sumário

Anexo 1 Port. STN 389/2018	Balanço Orçamentário
Anexo 3 Port. STN 389/2018	Receita Corrente Líquida
Anexo 4 Port. STN 389/2018	Demonstrativos do RGPS e do RPPS
Anexo 7 Port. STN 389/2018	Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Anexo 8 Port. STN 389/2018	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Anexo 12 Port. STN 389/2018	Demonstrativo das Despesas com Saúde
Tabela 1	Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social
Tabela 4	Demonstrativo de Disponibilidades e Fluxos

Anexo 1
Port. STN 389/2018

Balanço Orçamentário
Despesas Executadas – até Novembro/2019 x até Novembro/2018 (R$ milhões)

O Balanço Orçamentário fornece uma visão geral da execução orçamentária, segundo a classificação por grupos de natureza de despesa. O gráfico abaixo compara os valores executados em cada grupo de natureza de despesa, do período de referência do exercício atual com o período de referência do exercício anterior.



Despesas Liquidadas ou Executadas
A liquidação é a fase da execução da despesa entre o empenho e o pagamento. É a fase em que se reconhece o direito do fornecedor do bem ou serviço, surgindo, para a União, a obrigação de pagar. É a fase em que se apropria a despesa orçamentária ao longo do exercício financeiro. Ao final do exercício, as despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são consideradas executadas.

Refinanciamento
Despesas orçamentárias com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

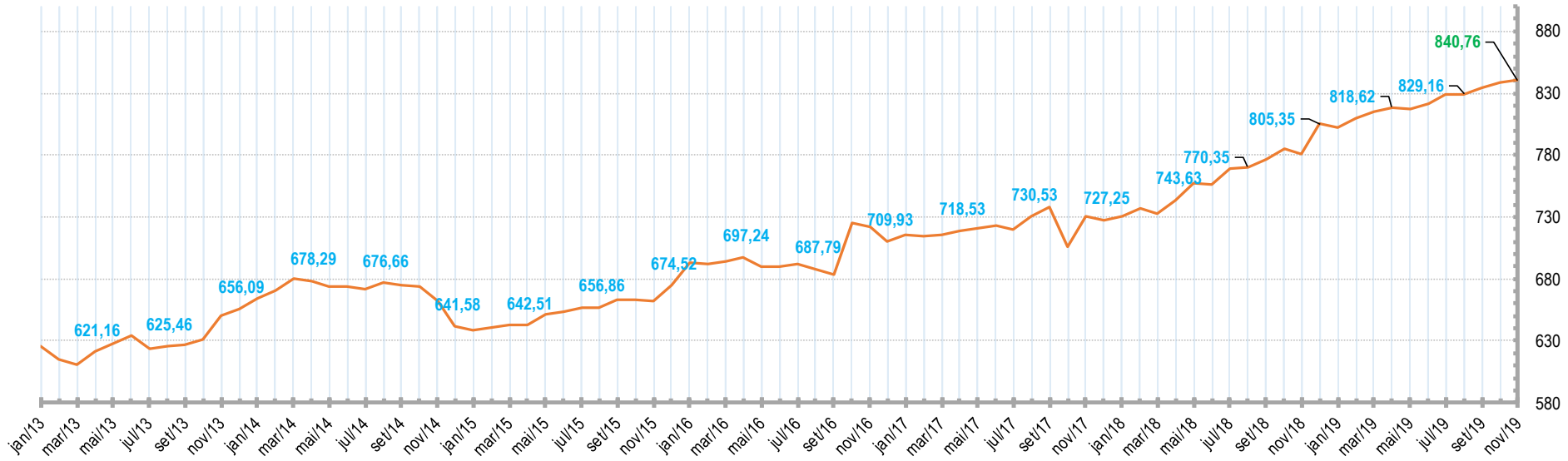
Até o mês/2019
Até o mês/2018

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019 e de Novembro de 2018, Anexo 1 – Balanço Orçamentário.

Anexo 3
Port. STN 389/2018

Receita Corrente Líquida
Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	NOV/2019
Receita Corrente Bruta	**1.135**	**1.220**	**1.243**	**1.283**	**1.361**	**1.408**	**1.536**	**1.607**
Receita Tributária	348	376	400	425	459	465	507	544
Receita de Contribuições	590	643	671	688	730	800	844	858
Demais Receitas Correntes	197	201	172	170	172	143	184	205
Deduções	**518**	**564**	**602**	**608**	**651**	**681**	**730**	**766**
Transf. Constitucionais e Legais	184	203	218	214	239	240	267	280
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	274	298	319	326	342	361	380	403
Outras Deduções	60	63	65	68	70	80	84	83
Receita Corrente Líquida (RCL)	**617**	**656**	**642**	**675**	**710**	**727**	**805**	**841**



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

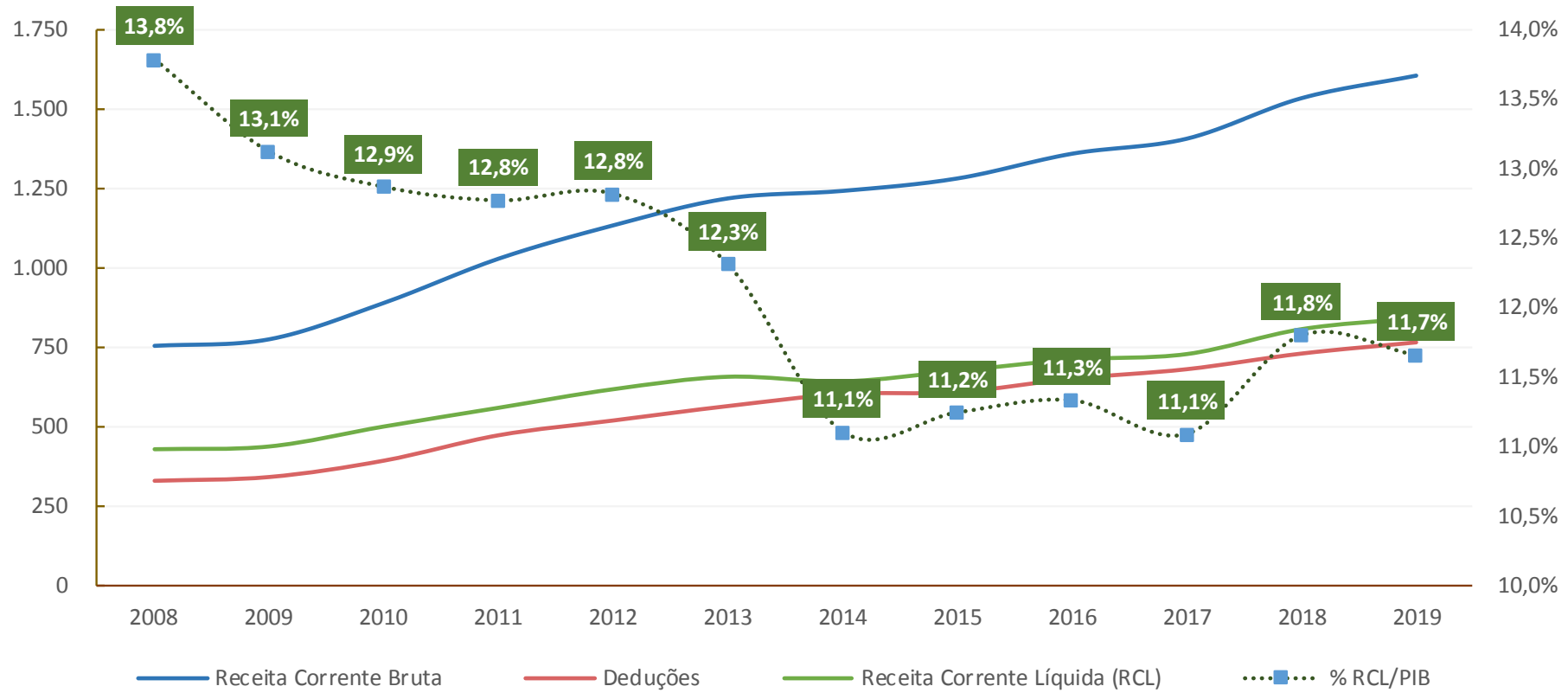
Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida.

Anexo 3
Port. STN 389/2018

Receita Corrente Líquida em Relação ao PIB
Evolução dos componentes da RCL e relação da RCL sobre o PIB (R$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra a evolução da RCL, apontando um crescimento nominal em todo o período dos últimos 12 anos. Entretanto, a partir de 2012, percebe-se uma redução no ritmo desse crescimento. Em relação ao PIB, houve quedas sucessivas da RCL desde 2008, passando de 13,8% para 11,1% em 2017. A partir de 2018, a RCL apresenta recuperação, correspondendo a 11,7% do PIB em novembro de 2019.



RCL
A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

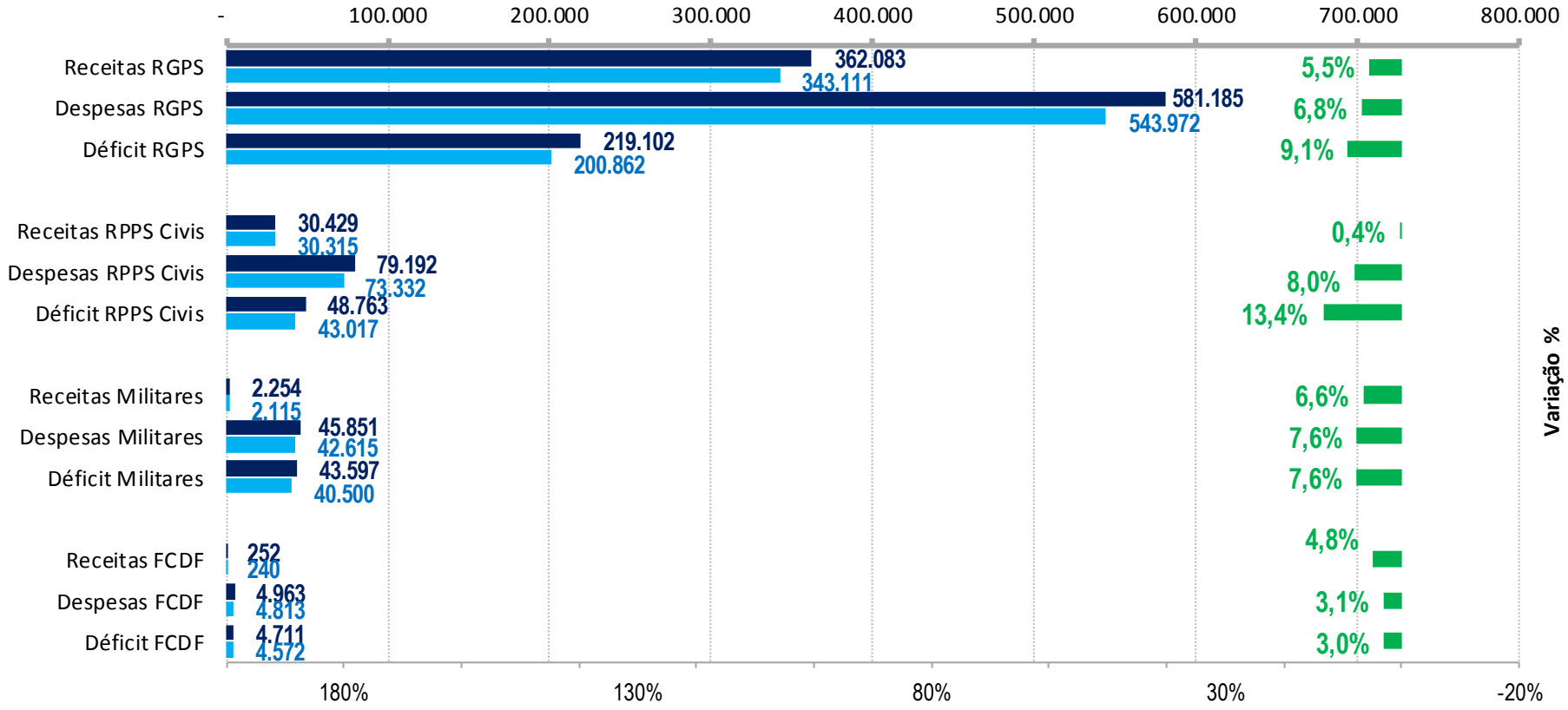
PIB
PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida e IBGE.

Anexo 4
Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas - até Novembro/2019 (R$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2019
- 2018
- % 2019/2018

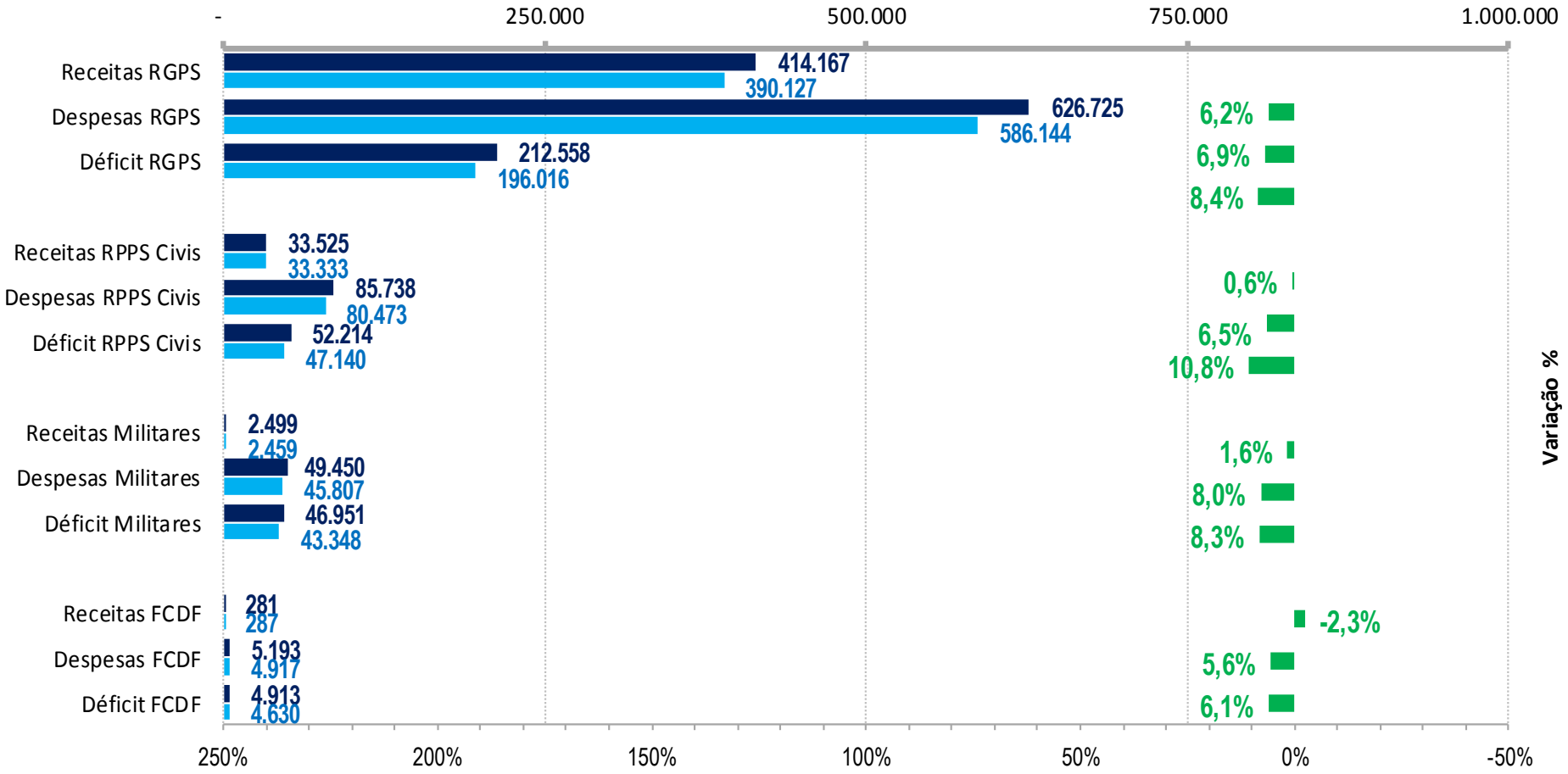
Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4
Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior. Valores em vermelho significam redução ou queda no montante do período anterior.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

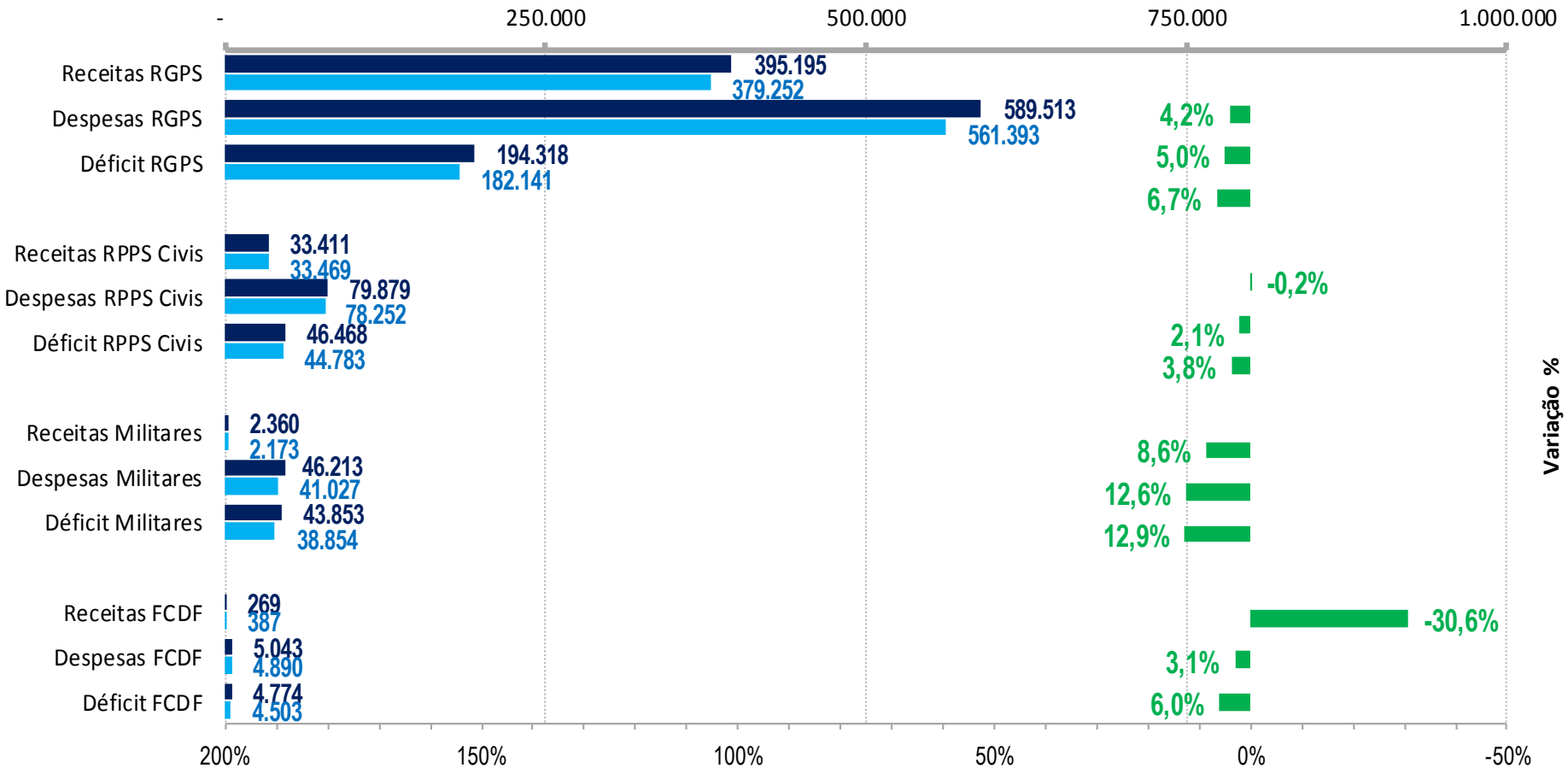
- Dez/2018 a Nov/2019
- Dez/2017 a Nov/2018
- % Comparação

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4
Port. STN 389/2018

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas - 2018 e 2017 (R$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

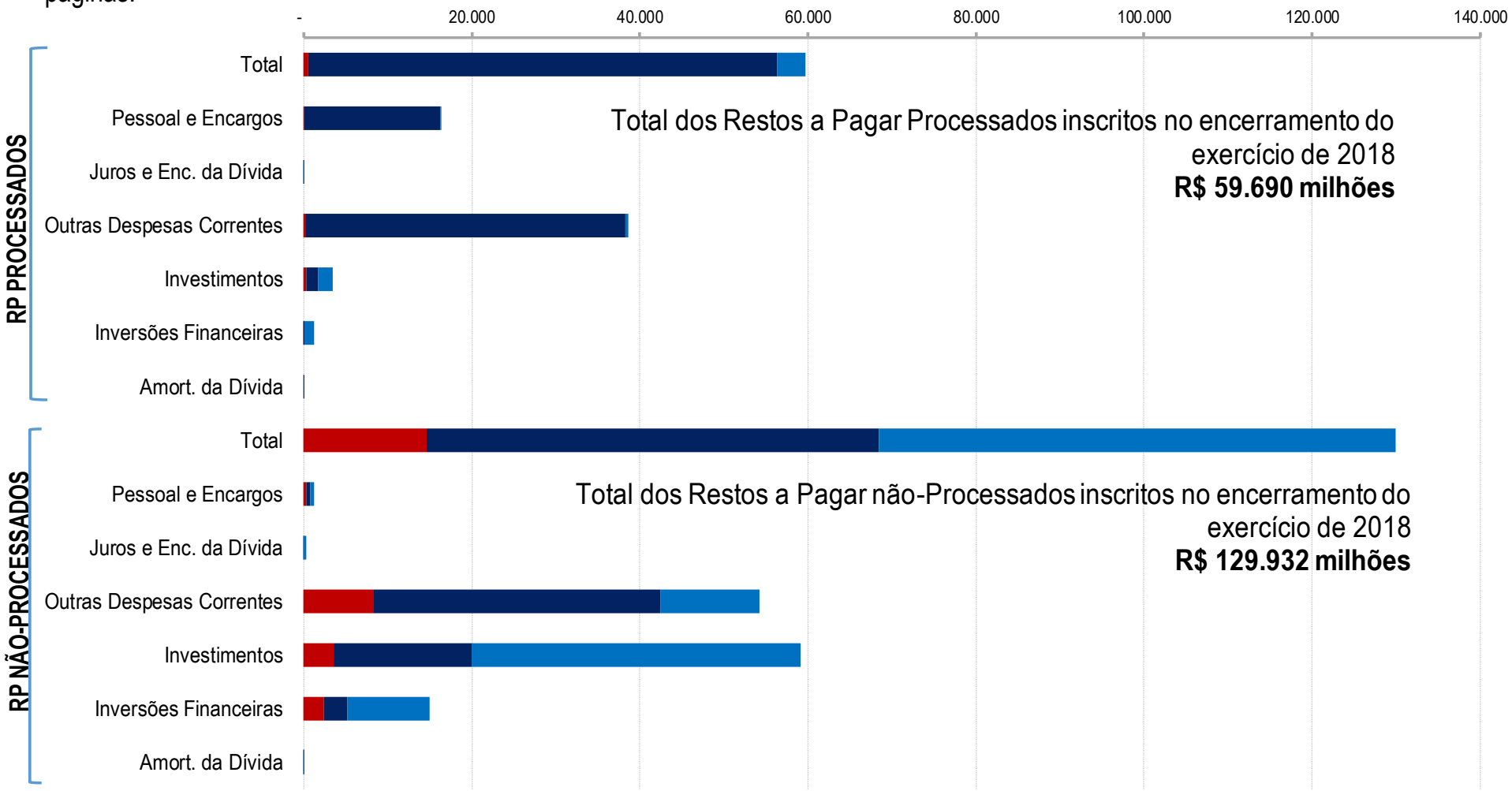
- 2018
- 2017
- % 2018/2017

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7
Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão (por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Panorama Geral

A figura abaixo ilustra a situação da execução de Restos a Pagar por grupo de despesa, segregando-se os RP processados dos não-processados. Para maior clareza, os RP processados e os não-processados serão demonstrados em figuras distintas nas próximas páginas.



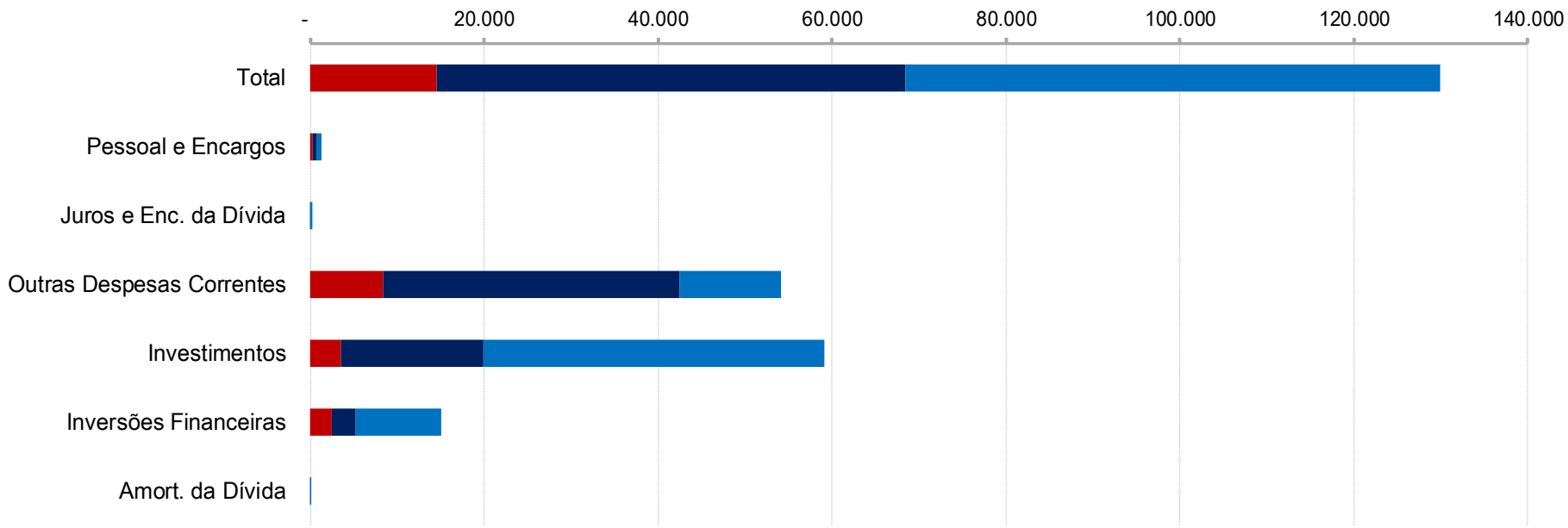
Restos a Pagar
Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. Ela é então classificada como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido contratada, mas sem ainda ter sido executada efetivamente.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 7.

Anexo 7
Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Novembro/2019 (R$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



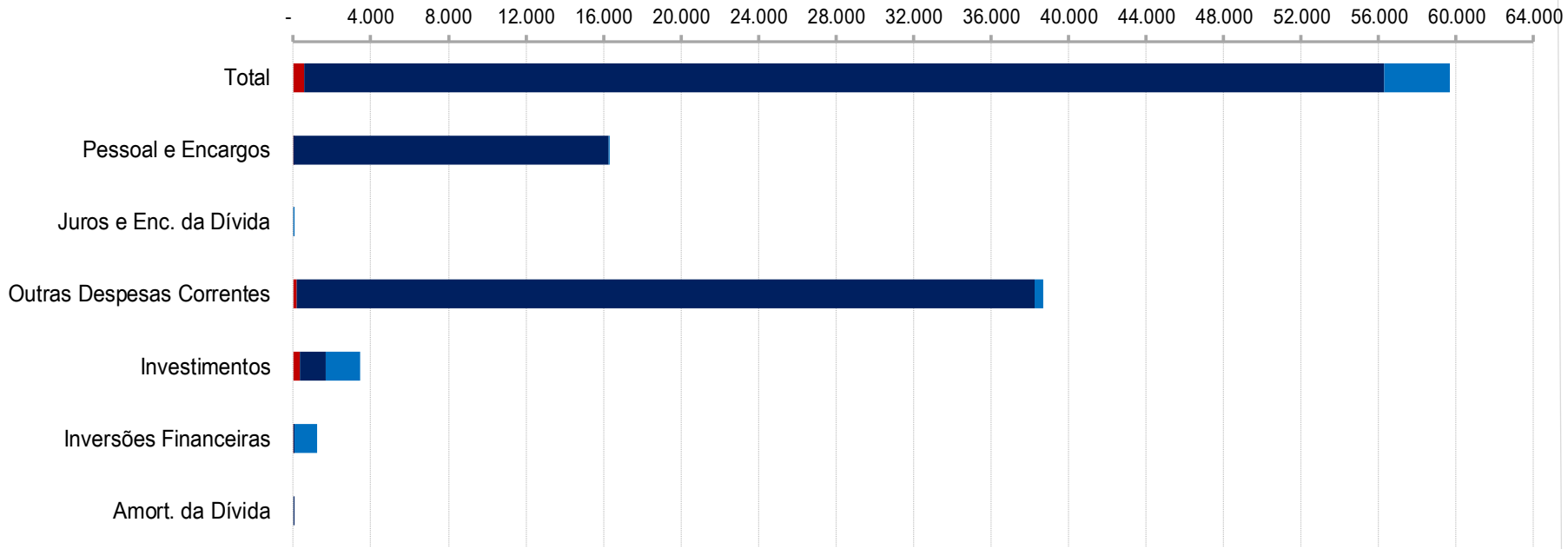
Em R$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	270	-	8.357	3.544	2.427	-	14.598
Pagos	550	8	34.074	16.447	2.776	3	53.858
Saldo a Pagar	428	261	11.775	39.195	9.813	48	61.519
Total	1.248	269	54.206	59.186	15.016	50	129.975

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 7.

Anexo 7
Port. STN 389/2018

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Novembro/2019 (R$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



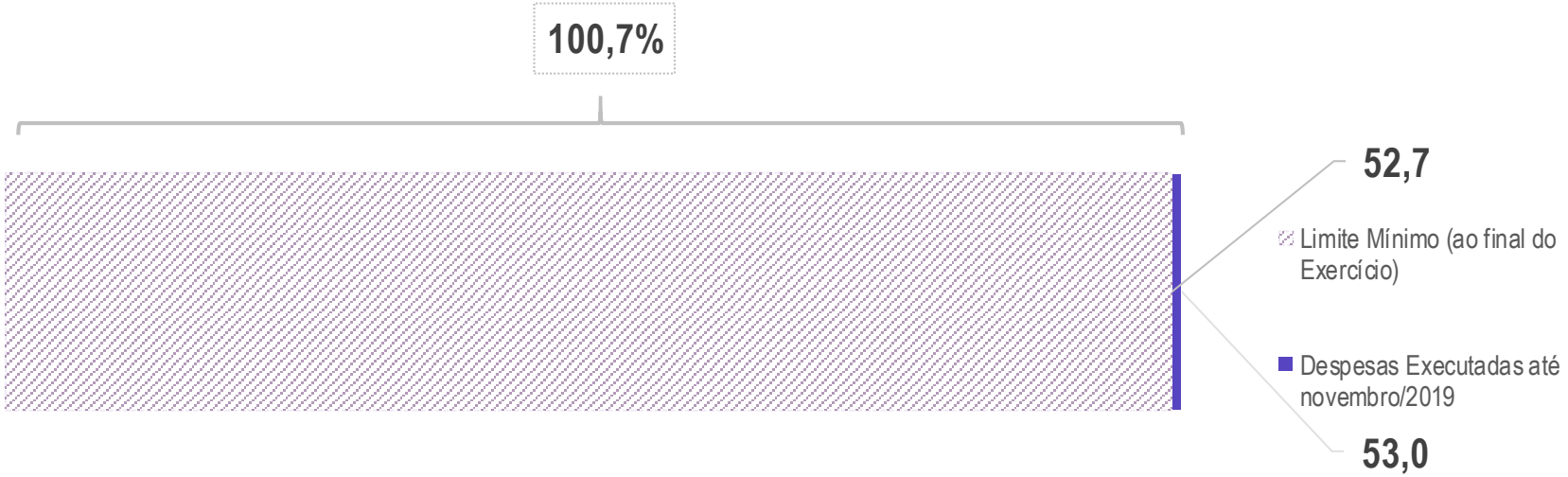
Em R$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	25	-	172	353	3	-	552
Pagos	16.261	0	38.087	1.342	55	7	55.752
Saldo a Pagar	66	1	413	1.741	1.173	-	3.393
Total	16.353	1	38.671	3.436	1.230	7	59.698

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2019 (R$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	NOV/2019
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	53,0
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7
Despesa Excedente ao Mínimo	**0,9**	**3,3**	**2,2**	**2,8**	**16,6**	**10,9**	**12,6**	**13,1**	**20,1**	**14,2**	**14,0**	

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8
Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Novembro/2019

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Novembro/2019, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R$ Bilhões

De Janeiro a Novembro	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2019	297,63	52,67	53,05	100,7%
2018	274,84	50,45	55,80	110,6%
2017	249,68	48,98	53,42	109,1%
2016	247,63	46,58	54,95	118,0%
2015	237,34	46,54	51,59	110,8%
2014	224,17	44,19	46,33	104,8%
2013	214,28	43,03	39,03	90,7%
2012	201,49	39,39	39,18	99,5%
2011	189,99	36,99	28,71	77,6%
2010	143,63	28,72	23,45	81,7%
2009	89,48	21,02	18,15	86,3%
2008	97,30	18,24	14,65	80,3%

Receita Líquida de Impostos
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019 e anteriores, Anexo 8 –Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12
Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2019 (R$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

Comparação Despesas Executadas (em Novembro) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	NOV/2019
Despesas Executadas com Saúde	48,7	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	98,0
Limite Mínimo (em Dezembro)	48,6	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	**0,1**	**3,3**	**0,7**	**0,2**	**0,6**	**0,1**	**0,3**	**1,7**	**10,9**	**5,6**	**4,5**	

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12
Port. STN 389/2018

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Novembro/2019

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Novembro/2019, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R$ Bilhões

De Janeiro a Novembro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2019	117,29	96,63	82,4%
2018	112,36	97,21	86,5%
2017	109,09	90,91	83,3%
2016	95,37	87,65	91,9%
2015	98,31	85,16	86,6%
2014	91,61	79,16	86,4%
2013	82,91	67,19	81,0%
2012	79,51	61,01	76,7%
2011	72,13	55,35	76,7%
2010	61,23	50,25	82,1%
2009	54,96	44,64	81,2%
2008	48,56	37,95	78,1%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

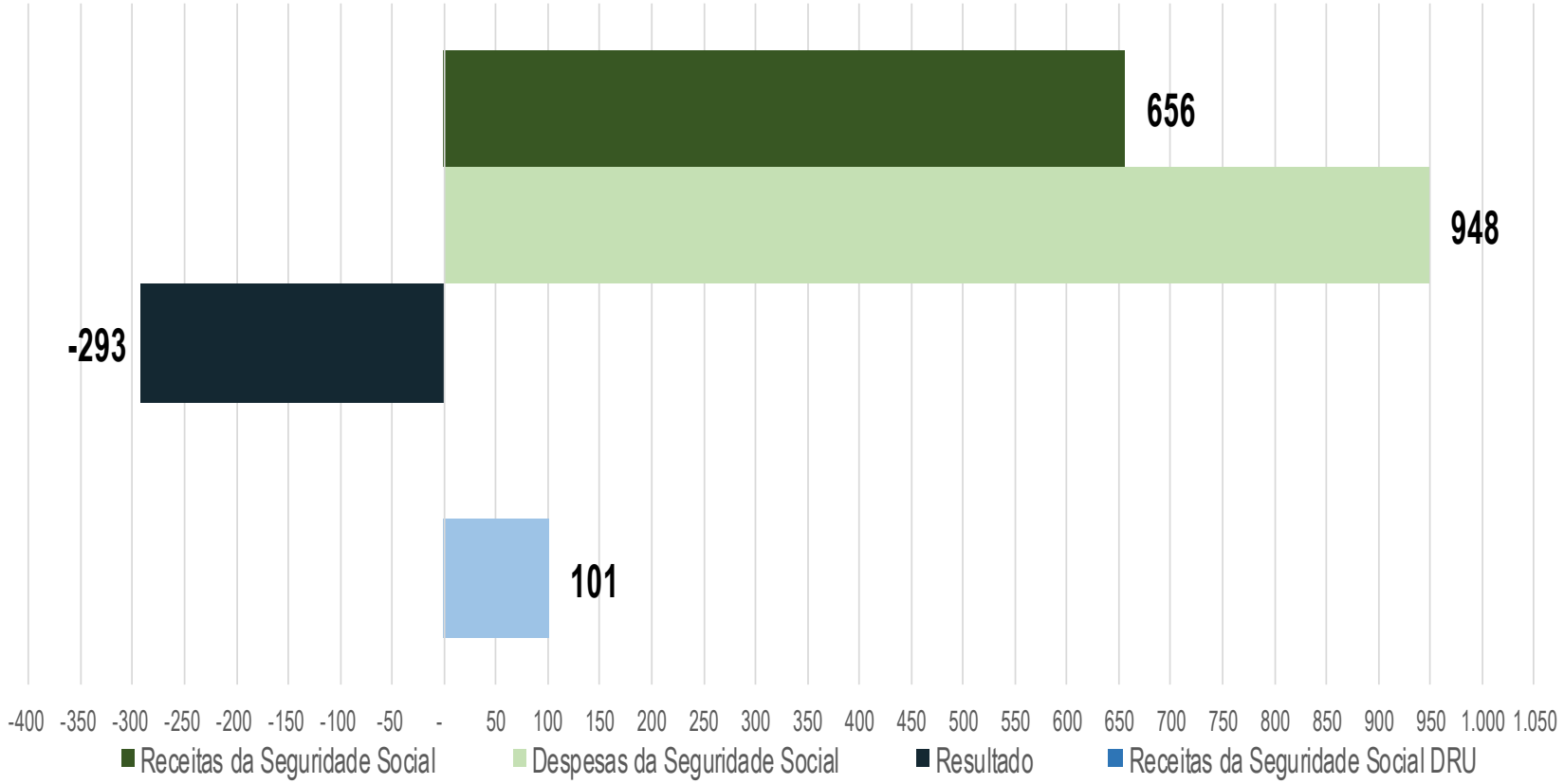
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Novembro/2019 (R$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



Receitas da Seguridade Social
Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social
A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Tabela 1 – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Novembro/2019 (R$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Novembro de 2019, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RGPS	239,67	267,89	295,92	304,90	315,63	332,24	343,11	362,08
RPPS - Civil	20,94	22,57	24,55	26,39	27,41	30,77	30,56	30,68
Pensões Militares	1,83	1,94	2,14	2,43	2,61	3,00	2,11	2,25
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	205,59	220,48	235,55	241,78	287,15	238,75	259,03	260,74
Total das Receitas	**468,03**	**512,88**	**558,16**	**575,49**	**632,78**	**604,75**	**634,81**	**655,76**
Despesas da Seguridade Social								
Despesas do RGPS	298,62	337,07	370,73	406,04	472,57	519,22	543,97	581,18
Saúde	61,01	67,19	79,16	84,57	87,65	90,91	97,21	96,63
Assistência Social	49,89	56,28	62,29	66,03	71,45	76,05	80,20	83,72
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	54,22	58,76	59,09	63,82	67,17	75,31	78,14	84,15
Seguro Desemprego	25,57	28,14	31,71	34,33	34,07	34,45	33,05	33,91
Demais Despesas	17,52	20,09	22,48	24,80	25,59	29,84	32,39	31,76
Pensionistas Militares	21,54	23,02	29,35	32,39	15,95	17,67	19,76	21,13
Abono Salarial	11,44	13,47	15,33	8,54	16,69	14,53	15,65	15,94
Total das Despesas	**539,81**	**604,03**	**670,16**	**720,51**	**791,14**	**857,98**	**900,38**	**948,43**
Resultado								
Resultado da Seguridade Social	**-71,77**	**-91,15**	**-111,99**	**-145,03**	**-158,35**	**-253,23**	**-265,57**	**-292,66**
Receitas Desvinculadas (DRU)	50,31	52,28	54,79	55,80	85,88	92,18	100,55	100,83
Resultado com Receitas Desvinculadas	**-21,46**	**-38,88**	**-57,21**	**-89,23**	**-72,47**	**-161,06**	**-165,02**	**-191,84**

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

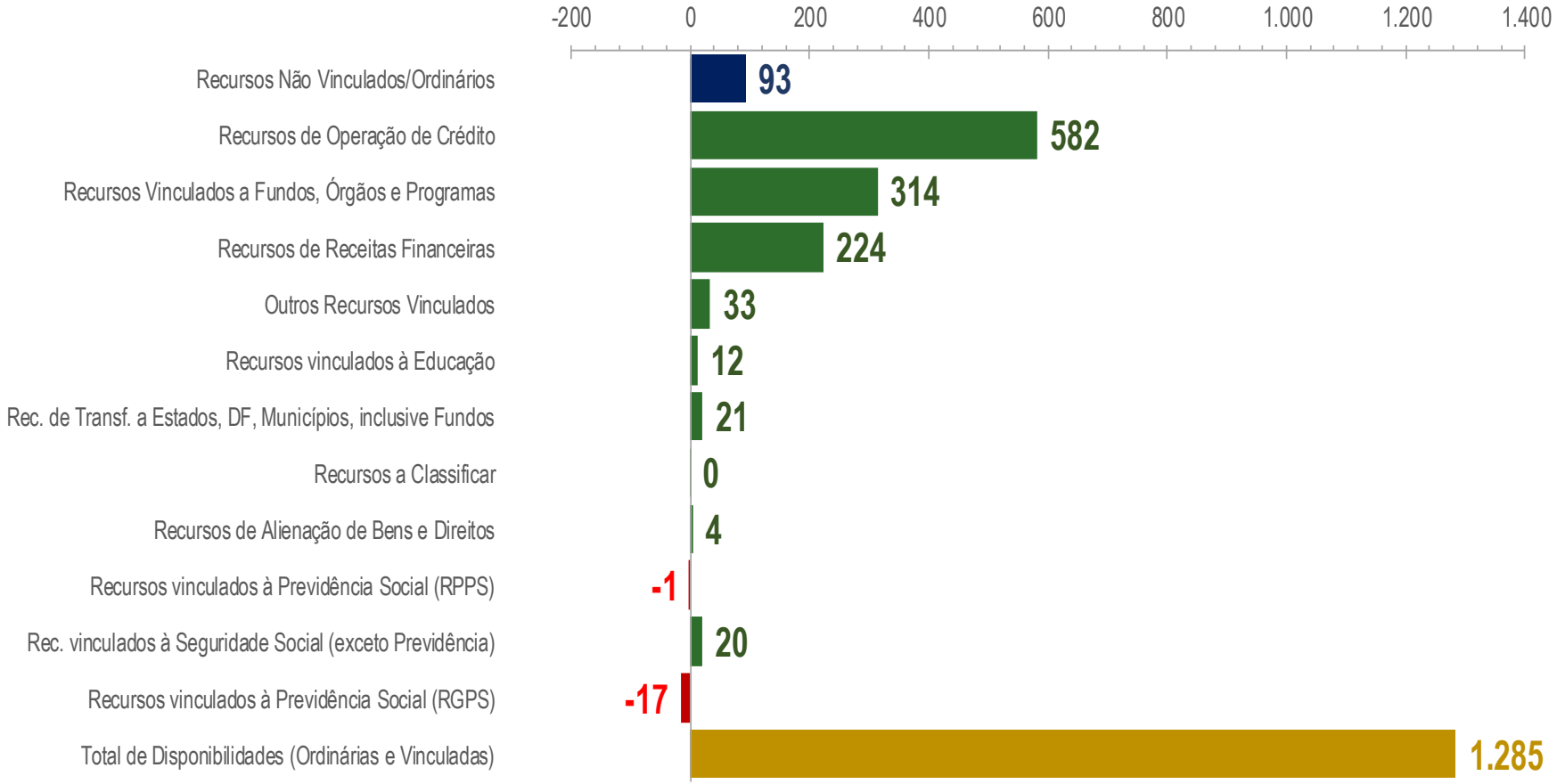
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019 e anteriores, Tabela 1 –Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Novembro/2019 (R$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Novembro/2019, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Novembro de 2019, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.